ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DA COMPÓS GESTÃO 2011-2013

Às 09h30 do dia **04 de dezembro de 2012**, a Diretoria da Compós deu início à reunião extraordinária do Conselho Geral, na qual estiveram presentes os membros da Diretoria, Julio César de Machado Pinto (Presidente), Itania Maria Mota Gomes (Vice-Presidente), e Inês Sílvia Vitorino Sampaio (Secretária-Geral) e os conselheiros dos Programas UFSC, UFF, UFRJ, UERJ, UFBA, UMESP, UFPE, UFRN, UFMG, UFPR, USCS, ESPM, UFSCar, Cásper Líbero, PUC-RJ, UFPA, UNIP, USP-Meios e Audiovisuais, PUC-SP, UFJF, UFC, UTP, USP-PPGCOM, PUC-RGS, UNISINOS, UNISO, UNICAMP, PUC-RS, UAM, UFG, UFPI, UFAM, UCB, UFRGS, UFSM, UEL, UFPB, MC-UFF e UNB**.** A UFSC e a PUC-MG apresentaram justificativa de ausência. A reunião foi realizada na Universidade de Brasília, em Brasília, e teve a seguinte pauta: **1. Homologação da ata da reunião dos dias 27 e 28 de setembro; 2. Políticas científicas e acadêmicas para a Área: Comissões de a) Qualis Periódicos; b) Qualis Livros; c) Qualis Eventos; d) Qualis Técnico e Artístico; e) Mestrado Profissional; f) Interdisciplinaridade; g. Internacionalização; h. Regionalização e Assimetrias Regionais; i. Modelos de Organização e financiamento; e j. Áreas Prioritárias.** O presidente da Compós saudou os presentes e agradeceu a UNB pela disponibilidade para receber a reunião do Conselho. **Informes.** Ele comunicou a saída da Associação Brasileira de pesquisadores da Cibercultura (ABECiber) da Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (SOCICOM). Em seguida, abriu um espaço para Edson Dalmonte fazer a apresentação da marca da Compós, que foi apreciada pelos conselheiros. A pedido de Eugênio Trivinho, o primeiro ponto de pauta - **1. Homologação da ata da reunião dos dias 27 e 28 de setembro** foi transferido para o início da tarde, de modo a permitir mais tempo para a sua leitura. **2. Políticas científicas e acadêmicas para a Área: Comissões de a) Qualis Periódicos; b) Qualis Livros; c) Qualis Eventos; d) Qualis Técnico e Artístico; e) Mestrado Profissional; f) Interdisciplinaridade; g. Internacionalização; 8. Regionalização e Assimetrias Regionais; 9. Modelos de Organização e Financiamento; e 10. Áreas Prioritárias.** Dada a ausência momentânea dos integrantes da Comissão de Periódicos, passou-se à segunda Comissão **b) Qualis Livros,** coordenada por Dimas Künsch, Maria Ataíde e Paulo Celso. Dimas destacou, com base no relatório, alguns pontos mais importantes: o descarte de 2/3 da nossa produção na última avaliação; o desafio de definir, nesse momento, o que será um livro L3 e L4; e o fato de que os critérios de classificação propostos pela Comissão da Capes - inovação, relevância e impacto - implicam em riscos altos de subjetividade. Além disso, se observado o comunicado da Coordenação de área permanece o desafio de responder algumas questões: como classificar a análise de conteúdo? como passar de um L3 para um L4? com que critérios? Na visão da Comissão, como se trata de livros produzidos por Programas, o melhor livro, é o que tem maior aderência com a área de conhecimento, com a área de pesquisa no interior do próprio campo da comunicação. Não podem ser critérios do mercado editorial. Há, ainda, outros problemas. Classificar um livro apenas como uma obra com 50 páginas é insuficiente. O proprio sistema do e-books, já simplifica alguns procedimentos, mas estas questões permanecem em aberto. Após discussão, o Conselho, acatando sugestão do Julio Pinto, decidiu neste e nos demais documentos das Comissões aprovar os relatórios no mérito, como elemento propositivo, retirando destes as questões não consensuais. Deste modo, o documento

foi aprovado quanto ao mérito, com a sugestão de que deveria ser destacado no texto a necessidade de assegurar a transparência dos critérios de classificação do Qualis Livro, a sugestão de que sejam valorizadas não apenas as obras autorais, mas as de organização de coletâneas, reconhecendo a contribuição dos organizadores como um trabalho autoral, curatorial; proposição de tratamento equivalente na avaliação do livro e do e-book, contanto que ele siga os mesmos critérios de qualidade exigidos para os livros impressos, inclusive o ISBN; proposta de que os critérios não devem ser os do mercado editorial e sim da área; questionamento da noção de não–cientificidade de uma obra de divulgação ou de um livro didático ou artístico, e a demanda de que a Capes divulgue o resultado do processo de avaliação dos livros, o que não ocorreu no último triênio. **a) Qualis Periódicos.** A Comissão foi coordenada por Isaltina Gomes e Miriam Rossini. Em seu relato, Miriam resgatou o processo de construção do texto pela Comissão, destacando a consulta ao modo como outras áreas (ex. humanidades) estavam conduzindo esse processo. Com isso foi possível perceber o rigor com que a nossa área julga seus periódicos. Uma revista classificada como A1 por outras áreas, talvez não chegasse a B3 com os nossos critérios atuais. Importante, então, discutir, quais os critérios que, de fato, são importantes e razoáveis neste processo. Há também outras dificuldades, como indexadores que não são considerados em outros países e têm impacto na avaliação das publicações internacionais dos docentes. Com base nessa avaliação mais ampla foi, então, feita a proposição apresentada ao Conselho na ocasião, inclusive com detalhamentos de itens entre B1 e B5, por exemplo. A Comissão, embora ciente da inexistência de consenso em algumas questões, optou por mantê-las no documento para propiciar a discussão. Este é o caso da avaliação dos anais de eventos. Após o debate, o documento foi aprovado quanto ao mérito, com algumas ênfases: a proposta de que a avaliação seja feita com base nos artigos mais qualificados dos docentes, valorizando-se a qualidade e não a produtividade, de modo a evitar as superexigências que não expressam a nossa realidade; a sugestão de que os critérios de avaliação não sejam estabelecidos para avaliação retroativamente, mas para o novo triênio com início em 2013; a idéia de que não haja uma penalização da participação de docentes por sua participação em revistas do próprio Programa (que já é restrita a 30%); a necessidade de se valorizar a produção discente publicada em revistas de mestrandos e/ou doutorandos, estimulando este tipo de prática; que se proceda uma melhor avaliação dos artigos em co-autoria do que o que se faz hoje; e sugestão de reforço aos periódicos emergentes. Não houve consenso em relação às questões propostas nas letras a,b e d do ponto 4 do documento da Comissão. Tais itens deverão ser retirados deste. Após uma pausa para almoço, retomou-se o primeiro ponto de pauta. **1. Homologação da ata da reunião dos dias 27 e 28 de setembro**. Após leitura e análise da ata pelos conselheiros, ela foi aprovada por unanimidade. **c) Qualis Eventos.** Mirna Pereira historiou o trabalho da Comissão, coordenada por ela e Kenia Maia. Informou ter feito uma busca nos qualis de outras áreas que pudesse servir de base para a discussão. Em Ciências da Computação, por exemplo, não há diferença entre periódicos e anais de eventos. Em Administração, Ciências Contábeis e Turismo, há a definição de um conjunto de critérios, que foram valorizados no documento. A Comissão sugeriu o uso das categorias Internacional, Nacional e Local (1, 2 e 3). Após discussão do documento, ele foi aprovado quanto ao mérito, retirando-se dele a parte da ficha de avaliação. Também foi consenso o indicativo para a Capes de criação de um qualis evento; a proposta de um comitê científico composto por doutores; a reinserção da classificação regional na proposta; a idéia de retirar a estratificação no interior dos níveis e não considerar que a estratificação implique avaliação de qualidade; a proposta de que caracterização dos eventos como

de caráter nacional deveria priorizar a participação neste e não a sua promoção, para evitar uma restrição indesejada - a valorização, por exemplo, de grupos de pesquisa registrados no CNPq cujos membros são professores de programas de pós-graduação de pelo menos três regiões do país poderia ser uma boa opção; a retirada do documento da especificação da língua estrangeira, além do Português e a sugestão de retirar do texto da comissão a limitação de pontuação do evento somente a casos em que ele exista há pelo menos 10 anos. **d) Qualis Técnico e Artístico.** A Comissão foi coordenada por Eduardo Morettin e Silas de Paula. Morettin informou que não houve avanço no documento em relação às discussões anteriores, em especial, quanto às questões técnicas. No texto, há uma qualificação de vários tipos de produção artística e, em relação às fichas, seguem algumas definições que se inspiraram nos parâmetros dos cursos de música, que estão abertas à discussão. Maurício Lissovsky complementou destacando que há muito mais a ser ainda incluído. Há muita produção que não é audiovisual *stricto senso.* Primeiro é difícil dizer o que é produção técnica e artística, dado a sua diversidade. Talvez uma comissão, formada por todos os campos envolvidos, possibilite avanços no debate. O que se tem, no documento em questão, são algumas pistas. O documento foi colocado em discussão e, em seguida, aprovado no mérito, com as seguintes sugestões de inclusão e/ou destaque: que a avaliação da produção artística e técnica seja avaliada considerando o vínculo com a pesquisa docente, linhas e áreas de concentração dos Programas; que os critérios a serem incluídos no documento de área sejam definidos pelo conjunto da área e não *a posteriori* pela comissão de avaliação; que o coleta seja utilizado, com o subsídio dos Programas, na elaboração da proposta de qualis artístico; e que seja previsto no coleta um campo para a explicitação do vínculo entre a produção artística e a pesquisa docente. f) **Interdisciplinaridade.** A Comissão foi coordenada por Eugênio Trivinho e Immacolata Lopes. Trivinho iniciou sua fala com a indicação da metodologia utilizada pela comissão no processo de elaboração do documento. Destacou a troca de materiais bibliográficos – troca de informações circunstanciadas – e as respostas de 23 Programas sobre sua configuração. Em relação aos outros 27, foi feita uma pesquisa no site, totalizando o conjunto. A atenção da comissão recaiu no ementário das áreas, linhas e disciplinas informadas. Com base neste levantamento, foi elaborado um relatório e um conjunto de *plots* – que estabelecem valorações – com palavraschaves retiradas das ementas e das nomenclaturas das áreas, das linhas e das disciplinas, ordenadas somente por áreas; somente por linhas; e somente por disciplinas. Esses *plots* têm uma correspondência com as tabelas apresentadas no documento, no sentido de uma tabulação.. No que tange a parte introdutória do documento, enfatiza o diálogo com áreas afins (Ciencias Humanas, Sociais Aplicadas e Artes). O conceito de interdisciplinaridade assinala duas recusas: ao fundamentalismo disciplinar e ao caráter dispersivo do campo. Questiona, ainda, a retórica estratégica que justifica a dispersão teórico-metodológico de foco. Em seguida, Trivinho apresentou alguns dados constantes no documento, que segue em anexo, recomendando uma sequência de discussão, para definir o que esse documento pode implicar em termos do documento de área, inclusive publicações, áreas prioritárias, entre outros. Após o debate, o documento foi aprovado quanto ao mérito e com recomendação de retorno à discussão da interdisciplinaridade, considerando às questões históricas e de futuro, com incidência sobre aspectos da avaliação, dos documentos aprovados nesta data e sobre as áreas prioritárias. **j. Áreas Prioritárias.** A Comissão foi coordenada por João Curvello e Maria Ângela Mattos. Curvello informou que a Comissão partiu da priorização definida no programa Ciência sem Fronteiras, pelas agências de fomento. Nestas áreas não estava a comunicação.

Ressaltou, ainda, que também em editais setoriais dos últimos três anos as questões comunicacionais tiveram pouco espaço entre as áreas prioritárias. Um exemplo foi a presença da temática da TV digital que, em relação a todas as propostas apresentadas, apenas duas foram na área de comunicação. A Comissão apresentou, ainda, um conjunto de dados sobre a distribuição de bolsas de pesquisa, presentes no documento, destacando que a área ainda precisa crescer muito. Nesse sentido, sugere que sejam desenvolvidas ações de mobilização, no âmbito da Compós, no sentido de definir políticas de indução; assim como a inclusão dessa temática no documento de área tal como consta do documento proposto nesta reunião. Após discussão, o documento foi aprovado no mérito. Em razão do tempo, a discussão dos documentos propostos pelas comissões de **Mestrado Profissional; Internacionalização; Regionalização e Assimetrias Regionais; e Modelos de Organização e Financiamento** não foram discutidos e deverão ser pautados em tempo oportuno. Foi, ainda, acordado o prazo de 10 dias para que as Comissões encaminhassem os documentos revisados para a diretoria da Compós, os quais constam dos anexos desta Ata. Julio Pinto finalizou a reunião agradecendo a colaboração de todos para o bom andamento dos debates e, em especial, a acolhida de Murilo Ramos da UNB ao Conselho da Compós. Nada mais havendo para discutir, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada esta ata que vai assinada por mim, Inês Sílvia Vitorino Sampaio, secretária-geral da Compós, e por todos os presentes na reunião.

PROPOSTA QUALIS PERIÓDICOS

(abril/dezembro2012)

COMISSÃO: Miriam de Souza Rossini (UFRGS); Isaltina Gomes (UFPE).

1.INTRODUÇÃO

Esta Comissão analisa os atuais critérios de avaliação que norteiam o Qualis Periódico, constantes no documento de área das Ciências Sociais Aplicadas 1, da CAPES, propondo algumas mudanças que favoreçam a nossa identidade acadêmica e o nosso campo epistemológico. Tanto a discussão sobre o diagnóstico de área quanto a discussão sobre os mecanismos de avaliação são devedores das proposições feitas pelos membros anteriores desta comissão, quanto das contribuições recebidas dos professores dos Programas de Pós-Graduação: PUC-Minas, UNISINOS, UFSM, UNIP, UFRGS, UFPI. Também incorpora as sugestões feitas durante a reunião do Conselho da Compós em dezembro de 2012.

2. DIAGNÓSTICO

Durante o mês de maio, esta Comissão realizou duas ações a fim de estabelecer um panorama dos periódicos da área da Comunicação. Primeiro, foi feito um mapeamento dos periódicos vinculados aos PPGs a fim de perceber a aplicação dos critérios mínimos exigidos pelo documento da área de CSA1. Segundo, comparou-se o documento de área das Ciências Sociais Aplicadas 1 com os documentos de algumas áreas afins (Arquitetura/Design, Artes, Filosofia, História, Letras, Sociologia,).[1]

Essas ações nos levaram a perceber que:

a) Embora as diferentes áreas das Humanidades possuam critérios mínimos comuns, há diferenças em itens como: o número de indicadores necessários para pertencer a um estrato ou a outro; ou estar ou não vinculado a um PPG;

b) Apenas o documento da CSA1 estipula um número mínimo de indexadores para um periódico pertencer a um estrato mais elevado (para ser A2, por exemplo, são necessários quatro indexadores!).

[1] Esses mapeamentos foram realizados pelos alunos do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS: Patrícia Iuva, Basílio Sartori, Camila Cornutti, Cláudia Moraes, Francisco Santos, Gabriela Ramos, Gabriela Zago, Ivan Bomfim, Jamer Guterres, Marcelo Conter, Mariana Sirena, Robson Braga, Thais Sehn.

c) O estabelecimento de regras tão estritas havia imposto aos periódicos da área uma condenação ao mediano, já que dificilmente os periódicos conseguiam atingir essas metas. Tal tipo de distorção não é observado em outras áreas afins;

d) Por outro lado, analisando as informações constantes nos sites das revistas vinculadas a Programas de Pós-Graduação, observava-se que a maioria não é clara na apresentação de informações quanto a sua política editorial, a forma da avaliação e do acesso ao conteúdo do periódico. Itens mal informados prejudicam a avaliação da revista;

e) Além disso, para tentar cumprir com a exigência sobre os indexadores, observava-se uma mistura entre indexadores e portais de acesso (Portal da Capes, por exemplo) e sistemas de editoração de revista (SEER, por exemplo).

Após esse diagnóstico, apresentado na reunião de junho, a Coordenação de Área da Capes publicou o Comunicado 002/2012, que dava conta da atualização do WebQualis da CSA1. Com isso, muitos dos aspectos apontados no nosso diagnóstico foram superados, em especial:

a) A comissão que reavaliou os periódicos do triênio 2007-2009 e os de 2010 estabeleceu critérios próprios para esta tarefa. Um deles foi não cobrar dos periódicos o número de indexadores exigidos no documento de área para o pertencimento aos estratos mais altos do Qualis. Também estabeleceu regras claras para avaliar a Reputação do Periódico;
b) Com essa mescla de critérios próprios da Comissão e do documento de área, foi possível observar uma sensível melhora no Qualis das revistas da área, tirando-nos daquela "esfera mediana";
c) Por outro lado, o texto do Comunicado 002/2012 apresenta critérios de avaliação que deveriam ser incorporadas em um novo documento de área, pois são mais claros e específicos do que aqueles constantes no atual documento e mesmo na primeira formulação de uma proposta de documento feita por esta Comissão.

Se, por um lado, a avaliação constante no Comunicado 002/2012 altera o panorama dos periódicos da CSA1, por outro, os problemas que observamos nos periódicos ainda precisam ser superados para que os periódicos da área possam ter maior impacto, nacional e internacionalmente. Para isso, seria importante a organização de seminários com os editores a fim de discutir questões pertinentes à editoração de periódicos científicos.

3. PROPOSIÇÃO DE UMA NOVA TABELA PARA O QUALIS PERIÓDICO

A proposição de uma nova tabela parte dos mapeamentos feitos por esta Comissão, do documento atual de área, do Comunicado 002/2012, de critérios comuns dos principais indexadores da área (Scielo, Scopus), e das colaborações enviadas pelos PPGs.

A - CRITÉRIOS MÍNIMOS PARA TODOS OS PERIÓDICOS DOS ESTRATOS A e B

- Editor responsável;
- Política editorial claramente definida;
- Conselho editorial formado por pesquisadores de diferentes instituições;
- Especificação das normas de submissão;
- Avaliação por pares;
- Registro de ISSN;
- Periodicidade regular e atualizada com, no mínimo, dois volumes anuais;
- Afiliação institucional e titulação de autores e de avaliadores;
- Resumo, no mínimo, em dois idiomas (Português e Inglês), seguidos de palavras-chave;
- Normalização;
- Chamada aberta com divulgações on-line;
- Data de recebimento e aceitação de cada artigo.
- Desejável disponibilidade em formato digital, com acesso on-line para toda a série e garantia de acesso e preservação de todos os números;

B – ESTRATOS

ESTRATO C

- O estrato **C** recebe as publicações que **não satisfazem** os critérios mínimos para a área.

ESTRATO B5

- **Atende os critérios mínimos**.

ESTRATO B4

- Conselho Editorial constituído por pesquisadores nacionais;
- Número mínimo de 14 artigos por ano;
- Manutenção da periodicidade;
- Diversidade institucional dos autores: 30% dos artigos devem ser de, no mínimo, 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico;
- 30% de artigos com autoria ou coautoria de doutores.

ESTRATO B3

- Publicado por Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional, reconhecida pela Coordenação de área, ou Instituição Profissional, ou Instituição de Pesquisa ou com apoio financeiro de Capes ou CNPq;
- Conselho Editorial constituído por pesquisadores nacionais;
- Número mínimo de 16 artigos por ano;
- Manutenção da periodicidade;
- Diversidade institucional dos autores: 40% dos artigos devem ser de, no mínimo, 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico;
- 50% de artigos com autoria ou coautoria de doutores;
- Indexação no Brasil.

ESTRATO B2

- Publicado por Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional, reconhecida pela Coordenação de área, ou Instituição Profissional, ou Instituição de Pesquisa ou com apoio financeiro de Capes ou CNPq;
- Conselho Editorial constituído por pesquisadores nacionais;
- Número mínimo de 16 artigos por ano;
- Manutenção da periodicidade;
- Diversidade institucional dos autores: 50% dos artigos devem ser de, no mínimo, 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico;
- 60% de artigos com autoria ou coautoria de doutores;
- Indexação no Brasil.

ESTRATO B1

- Publicado por Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional, reconhecida pela Coordenação de área, ou Instituição Profissional, ou Instituição de Pesquisa ou com apoio financeiro de Capes ou CNPq;
- Conselho Editorial constituído por pesquisadores nacionais e internacionais;
- Número mínimo de 18 artigos por ano;
- Manutenção da periodicidade;
- Diversidade institucional dos autores: 60% dos artigos devem ser de, no mínimo, 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico;
- 70% de artigos com autoria ou coautoria de doutores;
- Desejável que em cada volume haja pelo menos um artigo com autores ou coautores filiados a instituições estrangeiras;
- Indexação no Brasil.

ESTRATO A2

- Publicado por Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional, reconhecida pela Coordenação de área, ou Instituição Profissional, ou Instituição de Pesquisa ou com apoio financeiro de Capes ou CNPq;
- Conselho Editorial constituído por pesquisadores nacionais e internacionais;
- Número mínimo de 20 artigos por ano;
- Manutenção da periodicidade;
- Diversidade institucional dos autores: 70% dos artigos devem ser de, no mínimo, 4 instituições diferentes daquela que edita o periódico;
- 80% de artigos com autoria ou coautoria de doutores;
- Pelo menos 20% em cada volume de artigos com autores ou coautores filiados a instituições estrangeiras;
- Indexação no Brasil e no exterior.

ESTRATO A1

- Supera os critérios do Estrato A2;
- Periódicos indexados na base Web of Science ou representados no JCR Social Sciences, relacionados à CSA1 ou às Ciências Humanas;
- Reconhecida reputação (origem da publicação, origem dos artigos, quantidade de artigos por volume e no triênio, acessibilidade; projeção internacional).

4. INCIDÊNCIA SOBRE O DOCUMENTO DE ÁREA

A Política de Avaliação de Publicações deve ser entendida como um recurso a serviço da consolidação de uma cultura de pesquisa na nossa área, e não como recurso de produção de distinção entre os Programas de Pós-Graduação. Em particular, os critérios utilizados na avaliação dos PPGs, constantes no Documento de Área, devem apontar para metas que os mesmos devem perseguir de modo a se aperfeiçoarem. Quanto mais simples forem as regras da avaliação, melhores elas serão do ponto de vista da orientação da produção prospectiva dos PPGs.

Consideramos que as atuais regras de avaliação a respeito de periódicos acadêmicos apresentam alguns problemas:

a. Embora as atuais regras de avaliação tenham forçado a melhoria dos periódicos da área, a longo prazo elas correm o risco de promover uma queda na qualidade dos produtos bibliográficos, com a divulgação de resultados prematuros da pesquisa, no lugar de resultados maduros, e a proliferação de ensaios;

b. Isso ocorre porque essas metas adotam uma visão de produção quantitativa excessivamente restrita que estimula uma atitude produtivista por parte dos pesquisadores, de publicar por publicar – ou publicar para satisfazer os critérios Capes – no lugar de publicar para ser lido, para produzir um impacto efetivo sobre determinada questão;

c. Essa atitude quantitativista acaba prejudicando a qualidade dos periódicos, pois muitos dos artigos enviados não possuem a consistência necessária para serem publicados. Com isso, para os editores, torna-se cada vez mais difícil fazer a seleção dos textos para as novas edições. Para completar o número mínimo de artigos exigidos para uma publicação, alguns desses artigos mais fracos acabam entrando, e o próprio impacto da revista caindo;

d. Ou seja, a ênfase na quantidade pode prejudicar a adoção de políticas de qualificação da produção;

e. Além disso, as regras atuais tendem a privilegiar a produção do conjunto dos professores de modo mais ou menos indistinto, dando pouca atenção à distribuição da produção entre os docentes do Programa (um critério que, contudo, consta explicitamente da ficha de avaliação);

f. Não está claro, no atual documento de área, como serão pontuados os artigos de autores da CSA1 publicados em periódicos de outras áreas.

4.1 Proposta para avaliação da produção do docente e do programa

Tendo por base esses argumentos acima apontados, propõe-se que:

a. A avaliação das publicações em periódicos seja feita com base em uma pontuação que leva em conta os três produtos mais bem avaliados de cada professor no triênio;

b. Diferentemente do atual método, que considera uma "produção média" do PPG, sugere-se que os PPGs sejam avaliados com base no somatório do número de pontos atribuídos a cada um dos seus docentes, tendo em vista os seus três produtos mais bem qualificados;

c. De acordo com estes critérios, um PPG muito bom será aquele cujos docentes, tomados em seu conjunto (e não na sua "média"), publiquem regularmente em veículos avaliados no mínimo como B2;

d. Artigos publicados em periódicos de áreas afins deveriam ser melhor avaliados, já que várias pesquisas da área da Comunicação são multidisciplinar;

e. Periódicos de outras áreas devem ser avaliados conforme o Documento de Área da CSA1.

f. Deve-se considerar a pontuação em publicação de anais de eventos científicos também para professores.

g. Não penalizar duplamente, com redutor de pontuação, autores que publiquem em periódicos de seu próprio Programa de Pós-Graduação, pois já há um redutor que define em 30% o máximo de autores da casa admitidos em cada edição.

h. Artigos produzidos em coautoria entre orientadores e orientandos da pós-graduação devem ser melhor avaliados;

i. Não penalizar um periódico por publicar textos de mestrandos e doutorandos, se os textos atendem aos critérios do periódico, e se o periódico atende aos demais critérios de avaliação do estrato em que está situado;

j. Periódicos novos deveriam ter um período para se adaptarem aos critérios de avaliação; para isso, poderiam ser situados em um estrato intermediário conforme demonstrem atender os critérios para aquela avaliação no momento de seu lançamento.

COMISSÃO ROTEIRO LIVROS

TEXTO-PROPOSTA PARA DEBATE PELO CONSELHO DA COMPÓS

Dimas A. Künsch (Cásper Líbero)
Maria Ataíde Malcher (Universidade Federal do Pará)
Paulo Celso Silva (Universidade de Sorocaba)[1]

INTRODUÇÃO

A intenção primeira desta Comissão é elaborar uma proposta de texto para o debate pela Compós e posterior envio de sugestões à Coordenação da Área, tendo no horizonte a (re)formulação do Documento de Área, tema do II Seminário de Acompanhamento, em Brasília, de 5 a 7 de dezembro de 2012. Objetivo final do processo é o de se chegar a um Qualis Livros, como existe hoje no universo dos periódicos científicos, aprovado e reconhecido, ainda que sujeito a mudanças.

VERSÃO PARA DEBATE

Esta Comissão reconhece a relevância do livro na veiculação da produção de conhecimento na Área.[2] Nesse contexto, inclusive, sugere-se valorizar as estratégias de produção de livros levadas em frente pelos Programas, especialmente os mais jovens.

Um item particular deste Relatório envolve a apresentação de sugestões relativas à produção de e-books. Há necessidade de uma reflexão mais ampla e profunda sobre o assunto, que tenha em conta a valorização crescente desse novo formato de produção de livros, na atualidade e, como se supõe, mais ainda no futuro.

[1] Comissão reformulada durante a Reunião do Conselho da Compós em São Paulo, na Faculdade Cásper Líbero, nos dias 27 e 28 de setembro de 2012. A Comissão anterior, constituída durante a Reunião do Conselho da Compós, na PUC-RJ, em 27 de abril de 2012, era integrada pelos professores Dimas A. Künsch, da Cásper Líbero, Osvando J. de Morais, da Universidade de Sorocaba, e Maria Ataíde Malcher, da Universidade Federal do Pará.

[2] Ver, no Anexo, o texto "Caracterização das produções bibliográficas dos pesquisadores produtividade do CNPQ na área de Comunicação". O levantamento indica alterações significavas na configuração da produção bibliográfica na Área, com o predomínio de publicações em revistas qualificadas.

DA PROPOSTA DE QUALIS AO ROTEIRO PARA CLASSFICAÇÃO DE LIVROS

1. Triênio 2004-2006

No triênio 2004-2005 inexistia um instrumento semelhante a um Qualis Livros. No item 4.1 da Ficha de Avaliação dos Programas, "Publicações qualificadas do Programa por docente permanente", os livros, capítulos de livros, organização, tradução etc. eram pontuados por associação com a produção em periódicos. Assim, por exemplo, a um capítulo (com mínimo de 5 páginas) em livro nacional eram atribuídos 4 pontos, correspondendo a um artigo em revista qualificada Nacional A. Um livro nacional valia 10 pontos e uma coletânea, 4. Para efeito de "Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente do Programa" (item 4.2), o livro valia 2 pontos, o livro didático, 1, capítulo, 1, tradução, 1 e organização de livro ou coletânea, 0,5.

2. Triênio 2007-2009

VERSÃO PARA DEBATE

2.1. Proposta de Qualis Livros aprovada pela Área

Em 16 de fevereiro de 2009, como resultado de discussões iniciadas no triênio avaliativo anterior e ampliadas nos primeiros dois anos do triênio 2007-2009, a Área aprovou uma proposta inicial de Qualis Livro, que é o que consta efetivamente do atual Documento de Área. Os itens são os seguintes:

- Definição de livro;
- Critérios de Seleção dos Livros a serem Qualificados, distinguindo-se entre tipos de produto (Obras integrais, coletâneas temáticas e dicionários/atlas) e natureza do texto (científicos, didáticos, técnicos e de divulgação);
- Instrumentos de avaliação (Ficha de Identificação da Obra e Ficha de Avaliação pela Comissão Qualis Livros).
- Avaliação do Conteúdo Estrito Senso, com base em três fatores: Relevância, Inovação e Potencialidade do Impacto.
- A Ponderação e Equivalência entre Produtos, em quinto lugar, era estruturada em 7 estratos (A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5), com pontuação mínima de 15 a 29 para B5 e de 95 a 100 para A1. Capítulo de livro corresponderia a um quarto do livro. Capítulo publicado em coletânea obteria no Qualis Livros pontuação

equivalente a um artigo publicado em periódico do mesmo estrato. A pontuação de um livro classificado nos estratos do Qualis Livro seria igual a três vezes a pontuação de um artigo publicado em periódico do mesmo estrato.

2.2. Roteiro para Classificação de Livros aprovado pelo CTC

Em 24 de agosto de 2009, em sua 111ª reunião, o CTC-ES aprovou o chamado Roteiro para Classificação de Livros, conservando em sua quase totalidade os elementos que compunham a proposta de Qualis Livros das CSA1.

O Roteiro (1) mantém a Definição de Livro; (2) traz os Critérios de Seleção para Qualificação, Propostos pelas Diferentes Áreas: tipos e natureza (inclui anais completos entre os tipos), resguardando-se, em cada caso, que a produção intelectual "resulte de investigação nas suas diferentes modalidades"; (3) os Instrumentos de Avaliação admitem apenas ligeiras diferenças em alguns dos itens que compõem a Parte II (Aspectos Formais da Obra) e conservam, na Parte III, a proposta de uma Avaliação Qualitativa do Conteúdo, com base, de novo, em Relevância, Inovação e Potencialidade do Impacto; (4) por fim, a Classificação nos Estratos prevê níveis de pontuação de 1 (L1), inferior, a 4 (L4), "estabelecida pela pontuação atribuída pelas áreas aos aspectos formais, tipo e natureza da obra e avaliação de conteúdo".

VERSÃO PARA DEBATE

O estrato LNC, sem pontuação, é aplicado às obras consideradas não classificáveis pelas comissões de avaliação. Os estratos L3 e L4 "devem ser reservados para as obras de maior relevância no desenvolvimento científico da área e na formação de mestres e doutores". Mais: "A soma de capítulos na mesma coletânea não pode ultrapassar a pontuação de uma obra integral para fins de avaliação da produção do programa. Assim, um mesmo autor poderá pontuar no máximo 2 capítulos incluídos na mesma obra".

Nas Considerações Preliminares, o CTC lembrava que livros, "em várias áreas de conhecimento (...) constituem modalidade de veiculação da produção artística, tecnológica e científica", uma observação, aliás, tida por pertinente na área específica de CSA1. Livros, continua o CTC, "constituem referências para a construção de campos do conhecimento, definindo estilos e escolas de pensamento, e não se trata de situação particular da comunidade acadêmica brasileira". No entanto, o exercício de avaliação da produção intelectual veiculada em livros é "peculiar", pois "não existem exemplos no mundo".

Ainda segundo o Roteiro para Classificação de Livros, "avaliar a produção intelectual dos programas veiculada por meio de livros requer o desenvolvimento de critérios próprios e de novos instrumentos". Áreas para as quais "livros constituem produção significativa e relevante", continua o CTC, "já vinham aplicando diferentes estratégias de avaliação". O desafio era o de "tornar estes procedimentos mais uniformes entre as áreas, mais objetivos para as instâncias de avaliação da Capes e transparentes para comunidade científica e acadêmica da Pós-Graduação".

O CTC reconhece as limitações do Roteiro de Classificação de Livros em seu estágio de elaboração (ano 2009), e conclui: trata-se de "um processo em construção, tal como aconteceu com o Qualis Periódicos, o qual despendeu mais de uma década para que se alcançasse o estágio atual de reconhecimento e ainda necessita contínuas e necessárias alterações".

2.3. Avaliação pela Comissão de Avaliação de Livros e Avaliação Trienal

O Roteiro foi utilizado na avaliação dos livros produzidos no triênio 2007-2009. Os Programas preencheram as fichas de classificação dos livros, enviando cópias ou xerox das obras à Comissão de Avaliação de Livros, que trabalhou nas dependências da ECA-USP. As obras candidatas ao estrato máximo, L4, foram examinadas por comissão específica.

VERSÃO PARA DEBATE

Os resultados gerais de todo esse trabalho, e as respectivas pontuações, foram relatados pela Comissão de Avaliação Trienal nas Fichas de Avaliação de cada Programa. Um amplo relatório, disponível na página da área de CSA1 no portal da Capes, traz considerações da Área, entre outros, sobre o Roteiro de Classificação de Livros, incluindo o número de obras enviadas pelos Programas, o número das que foram classificadas e os resultados, sem mencionar obras específicas.

Alguns elementos do processo, no entanto, chamam particularmente a atenção, sobretudo quando se tem em conta a ideia de que livros, na área de CSA1, constituem um instrumento altamente relevante na veiculação da produção intelectual dos Programas:

- A Comissão avaliou todos os livros que recebeu, 926. Destes, 160 (17,5%) não foram classificadas (LNC). Resultado: 766 obras foram avaliadas e pontuadas, de fato.

- Uma parte considerável das 926 obras enviadas à Comissão, porém, não aparecia na produção bibliográfica arrolada pelos Programas em seus relatórios Coleta Capes. Outras, embora relatadas no Coleta, não foram enviadas à Comissão de Avaliação de Livros, razão pela qual não foram avaliadas.
- Feitas as contas, apenas 450 obras (menos de 50% do total enviado pelos Programas) foram consideradas pela Comissão de Avaliação Trienal. Dessas, porém, 116 (25,7%) haviam recebido da Comissão de Avaliação de Livros a sigla LNC. Em suma, das 926 obras encaminhadas pelos Programas à Comissão de Avaliação de Livros apenas 334, pouco mais de um terço, foram efetivamente avaliadas e pontuadas.
- Quais poderiam ter sido os elementos preponderantes na definição de livros como LNC? Alguns programas tiveram um descarte superior a 50%.
- Dos 334 livros avaliados e pontuados, apenas 11 alcançaram o estrato L4, tendo sido desse modo classificados por comissão específica, aplicados os critérios de Relevância, Inovação e Potencialidade de Impacto.

VERSÃO PARA DEBATE

TRIÊNIO 2010-2012 E FUTURO

1. Propostas e sugestões sobre o livro em geral

- A avaliação e a pontuação dos livros produzidos pelos PPGCOMs, e de capítulos de livros de publicações externas aos Programas, não se devem pautar, em nenhum momento, por parâmetros da indústria e mercado editoriais. O critério inegociável é o da vinculação objetiva dessa produção à área de conhecimento, às áreas de concentração dos Programas, a suas linhas, grupos e projetos de pesquisa. Quanto maior e mais estreita essa vinculação, maior a pontuação.
- A avaliação qualitativa de conteúdo, centrada nos fatores Relevância, Inovação e Potencialidade do Impacto, por razões diversas, incluindo a carga de subjetividade que pode acompanhar as decisões, não deve ser priorizada, quiçá nem mesmo aplicada na classificação dos livros mais pontuados (L4).
- Um conjunto de "selos" de qualificação da obra podem ser arrolados na criação de distintivos, como, por exemplo, a chancela da instituição que abriga o Programa e/ou de instituições e associações de pesquisa renomadas, a publicação por editora acadêmica, prefácio e/ou posfácio por pesquisadores da área, processo real de avaliação por pares etc.

- Não necessariamente obra integral ou de autoria única tem que pontuar mais que coletânea. Os critérios de avaliação é que devem dizê-lo. A incorporação de autores de outros Programas, de autores nacionais e internacionais, de docentes e discentes, etc., tendo sido garantidas as vinculações acima assinaladas, sobretudo com a pesquisa, e, também, a coerência ou unidade temática, devem ser valorizadas. Deve-se admitir, no mínimo, uma equivalência. No limite, uma coletânea pode valer mais que uma obra integral, de autoria única ou não.
- A distinção por tipos (obra integral, coletânea temática e dicionários/atlas) e por natureza (livros científicos, didáticos, técnicos, artísticos e de divulgação) não precisa constituir diferenciais que resultem, por si mesmos, em classificações de maior ou menor peso, nem em destinações diferentes para obras de natureza diversa. Um livro didático, por exemplo, pode resultar de competências e de um trabalho de anos de estudo e investigação. Por que presumir a não-cientificidade de uma obra de divulgação, ou artística?
- Deve-se repensar, e valorizar, o papel do organizador de coletâneas temáticas, bem como o de tradutores, pre/posfaciadores e apresentadores. A Área, às vezes, parece cruel com seus pesquisadores e autores. Atendendo a certos critérios (por exemplo, pertencimento do prefaciador à área de conhecimento, à pesquisa, a projetos, e garantida uma extensão mínima do texto etc.), um prefácio pode, não apenas ser pontuado para o seu autor e o Programa ao qual ele pertence, mas servir também de distintivo na qualificação de uma obra.
- Definição de livro: dizer que um livro, para ser livro, precisa conter no mínimo 50 páginas, ainda que com amparo internacional, é quase idêntico a não dizer nada. Também em função de uma avaliação desejável de e-books, é preciso repensar essa definição. Tomando-se por base que uma coletânea precisa incluir pelo menos 6 capítulos (de no mínimo 5 páginas cada, o que nos parece pouco, além de indefinido), a sugestão seria de algo em torno de, pelo menos, 15.000 caracteres, com espaços, para cada capítulo, resultando num mínimo de 90.000 a 100 mil caracteres, com espaços, para um livro ser reconhecido como tal. Haveria problemas de cálculo? Talvez, sim. Mas a indefinição latente nos valores reconhecidos como mínimos, tanto para livros quanto para capítulos de livros, poderia em geral ser resolvida com relativa facilidade. E auxiliaria na

VERSÃO PARA DEBATE

superação do conceito de página, que, inclusive, não necessariamente é válido para e-books.

- Tiragens e reedições**:** não devem ser considerados como distintivos de qualidade das obras, pelos problemas que representam. Também o conceito de "revista e ampliada", comercialmente explorado pelas editoras, não dá garantia de qualidade.
- Prefácios, posfácios e apresentações, mais uma vez, devem não apenas servir como qualificadores de uma obra, mas também ser pontuados, quando produzidos por autores/pesquisadores com competência específica nas questões de que trata o livro e contando com uma extensão mínima de 15.000 caracteres, com espaços, como no caso dos capítulos.
- Traduções de livros inteiros e também de capítulos de livros devem ser pontuados, quando se tratar de conteúdos específicos da área de conhecimento.
- O trabalho de organizador de obra deve ser valorizado e pontuado, tanto quanto a autoria de obra integral, se atendidas as condições que garantam a excelência de uma obra..
- No item geral da produção bibliográfica dos docentes permanentes deve ser considerada e pontuada a produção de resenhas para revistas qualificadas e periódicos, quando têm por objeto livros da área de conhecimento. O mesmo deve ser dito para a publicação de anais completos, quando de eventos qualificados.
- Etc.

VERSÃO PARA DEBATE

2. E-books

- Dada a natureza distinta, e cada vez mais distinta, dos textos em formato físico e digital, seria possível imaginar, para um futuro não distante, avaliações a partir de fichas distintas. Sugere-se que desde agora, e mas ainda em vista do próximo triênio avaliativo, a Área discuta uma política de avaliação do e-book.
- Garantidas as mesmas premissas que qualificam primordialmente o livro em qualquer formato – as diferentes e necessárias vinculações, principalmente com a pesquisa científica --, junto com a ideia de que a produção científica, sobretudo se financiada pelo Estado, é patrimônio público e que o texto acadêmico possui fundamentalmente uma vocação social, o e-book reúne um conjunto de condições que podem transformá-lo em mais interessante e merecedor de "uma

nota maior" que a do livro comercial impresso. É, de qualquer modo, possível trabalhar com essa hipótese.

- Perguntas como as que seguem, se respondidas afirmativamente, poderiam conferir uma melhor avaliação ao e-book: a) o texto está disponível gratuitamente? b) Está hospedado em instituição acadêmica? Qual? c) Foi submetido a processos de avaliação por pareceres? d) Foi respeitado um mínimo de, digamos, 5 pareceres? e) Esses pareceres foram publicados ou explicitados na obra? f) O texto, originalmente, foi publicado em formato aberto? Qual? g) Possui licença de tipo creative commons? Etc.
- Não bastaria, portanto, além das vinculações já apontadas para o livro impresso, a chancela de instituições acadêmicas ou outras. Também, para se evitar a endogenia, deve-se privilegiar uma forma de avaliação que ultrapasse o campo específico de atuação das instituições. Pode-se aplicar, para isso, a mesma dinâmica dos artigos ou eventos científicos, internacionalmente reconhecida, que é a do peer-review.
- Não é possível, nem desejável, o controle quantitativo da distribuição (avaliações do tipo "número de downloads" ou "pageviews", uma vez que a fraude, nesses casos, é simples).

VERSÃO PARA DEBATE

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA AO CONSELHO DA COMPÓS

Tendo sido enviado antes aos Programas da subárea de Comunicação para leitura e análise, o texto-proposta foi apresentado ao Conselho da Compós, durante sua reunião em Brasília, no dia 4 de dezembro de 2012, véspera do início do II Seminário de Acompanhamento da Área CSA1. Debatido pelos presentes, recebeu, no geral, aprovação por mérito, com os seguintes destaques, que resumem uma posição de certo consenso por parte dos integrantes do Conselho:

- Uma vez que o que está sendo avaliado e pontuado são as produções em livros dos PPGCOMS, o primeiro e mais importante critério para a classificação desses livros deve ser o da vinculação de cada obra à área de conhecimento, à(s) área(s) de concentração, linhas, grupos e projetos de pesquisa dos Programas. Com isso se está dizendo, também, que não devem ser priorizados critérios das áreas editorial e comercial.

- É importante, para o processo de discussão e aprendizagem sobre os melhores modos de se proceder à avaliação dos livros, que haja total transparência na divulgação dos dados e informações sobre a avaliação das produções do triênio 2010-2012.
- Ainda que haja muito a ser debatido e aprofundado, a curto, médio e longo prazos, sobre a produção de e-books, a Compós concorda, desde já, com a valorização dessa produção e com a avaliação dessa mesma produção em igualdade de condições com os livros impressos.
- O Conselho também concorda com a valorização de prefácios e posfácios, traduções (sobretudo comentadas) e de outros elementos ligados à produção de livros, desde que garantida a excelência da vinculação com a área de conhecimento e com os Programas, como apontado no primeiro ponto.
- Por fim, é possível acatar a sugestão da Comissão de que sejam revistos os critérios que distinguem entre tipos e naturezas das obras, de modo a não se supor que livro integral de autoria única mereça automaticamente ser mais pontuado que coletânea, ou que livros didáticos ou de divulgação não possam merecer amplo reconhecimento, quando garantida a vinculação objetiva e estreita com a área de conhecimento, áreas de concentração, linhas, grupos e projetos de pesquisa dos Programas.

CONSIDERAÇÕES PONTUAIS DA COMISSÃO SOBRE A PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DE LIVROS

Destacamos abaixo alguns pontos que consideramos fundamentais do texto-proposta enviado para a discussão na última reunião da Compós, com o objetivo de qualificar a avaliação dos Livros da área da Comunicação.

- É imprescindível que se considere a vinculação da obra à área de conhecimento, às áreas de concentração, às linhas, grupos e projetos de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação. Quanto mais objetiva e estreita essa relação, mais alta deve ser a pontuação de uma obra.
- Como aspectos a serem avaliados, sugere-se a criação de um conjunto de "selos" de qualificação da obra, como o tipo de aval da instituição à qual o Programa

está vinculado ou com a qual desenvolve parcerias, a existência de prefácio e/ou posfácio assinados por pesquisadores da área, o tipo de processo de avaliação por pares, entre outros.

- É preciso rever a forma de avaliação de coletâneas e livros completos, considerando que não necessariamente obra integral ou de autoria única tem que valer mais que coletânea. Propõem-se, então, alguns critérios para a avaliação de coletâneas, como a presença de autores de outros Programas, autores nacionais e internacionais, docentes e discentes. Nesse sentido, o trabalho do organizador de obra deve ser valorizado e pontuado, tanto quanto a autoria de obra integral, se atendidas as condições que garantam a excelência de uma obra.
- Em relação às traduções de livros inteiros e de capítulos de livros, é importante que seja um trabalho valorizado e pontuado, quando se tratar de conteúdos da área de conhecimento dos Programas.

ANEXO

VERSÃO PARA DEBATE

CARACTERIZAÇÃO DAS PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS DOS PESQUISADORES PRODUTIVIDADE DO CNPQ NA ÁREA DA COMUNICAÇÃO[3]

Com o objetivo de perceber a trajetória da produção bibliográfica na área da Comunicação, foi realizado um levantamento[4] das publicações dos 128 pesquisadores que são bolsistas produtividade do CNPq nas categorias 1A, 1B, 1C, 1D e 2[5]. A partir dessa pesquisa, foi possível verificar indicativos de como se configura a veiculação da produção científica da área.

Ao longo da trajetória de publicação dos pesquisadores categorizados nos níveis 1A, 1B e 1C (38 pesquisadores, representando cerca de 30% do universo pesquisado), percebemos o predomínio da veiculação de suas produções no formato de capítulo de

[3] Este levantamento teve como objetivo inicial subsidiar as discussões da Comissão de Livros da Compós e está sendo detalhado e aprofundado para apresentação em forma de artigo científico a ser submetido em eventos e periódicos científicos. É importante destacar que este levantamento foi realizado em julho de 2012, portanto, antes da atualização do WebQualis periódicos ema gosto de 2012.

[4] Foram contabilizados os artigos publicados em periódicos, os livros completos e organizados e os capítulos de livros declarados pelos pesquisadores em seus currículos *Lattes*, contemplando toda a trajetória de produção bibliográfica desses pesquisadores até julho de 2012. Posteriormente, para obtenção de dados mais qualificados, foram contabilizadas as produções em periódicos do *Qualis* da Capes dos extratos A1, A2 e B1 de todos os pesquisadores 1A e de 30% dos pesquisadores de cada uma das demais categorias.

[5] Na área da Comunicação, apenas 128 pesquisadores são bolsistas produtividade do CNPq, cerca de 65% destes categorizados no nível 2 e apenas 11% possuem o maior status do Conselho (1ª). O levantamento desta lista foi realizado em julho 2012.

livro, organização de livro e livro completo. Contudo, os pesquisadores das categorias 1D e 2, que representam 70% do total (90 pesquisadores) registram a maioria de suas produções em periódicos, indicando alterações significavas na configuração da veiculação da produção bibliográfica na área.

Se levarmos em consideração as publicações apenas em periódicos indexados no *Qualis* Capes, verificamos que a maioria dos artigos (85%) é publicada em revistas do extrato B1. É interessante notar que os pesquisadores do nível 2 são os que mais publicam em periódicos qualificados em termos absolutos e são os segundos a publicarem mais em termos percentuais, ficando atrás apenas dos pesquisadores do nível 1B. No levantamento, identificamos apenas três pesquisadores que publicaram em periódico A1 (Media, Culture & Society e Diogenes/English ed.), sendo um pesquisador 1A e dois pesquisadores 2.

Os periódicos brasileiros mais qualificados e que mais possuem publicação dos pesquisadores da Comunicação são no máximo B1, dois deles vinculados a programas de pós-graduação na área (Revista FAMECOS e Comunicação, Mídia e Consumo) e dois vinculados a sociedades científicas (Revista Intercom e E-Compós).

VERSÃO PARA DEBATE

COMPÓS
Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação

COMISSÃO DE INTERDISCIPLINARIDADE
Membros(as): Maria Immacolata Vassalo de Lopes (ECA/USP)
Veneza Ronsini (UFSM)
Eugênio Trivinho (PUC-SP)

Relatório
[Conteúdo reflexivo e propositivo fundamental]

I – NOTA INTRODUTÓRIA | PRINCÍPIOS DE BASE

1. Reconhecimento da natureza dialógica e da trajetória histórica da área de Comunicação

1.1. A Comunicação como área do conhecimento, na divisão social do trabalho intelectual no Brasil e em âmbito internacional, sempre importou esquemas teóricos, elementos epistemológicos e instrumentos metodológicos de áreas afins, mormente pertencentes às Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes. Reconhecem-se, nesse amplo arco dialógico (acadêmico e institucional), nomeadamente, as áreas de Ciência da Informação, Sociologia, Filosofia, Antropologia, Ciência Política, História, Psicologia/Psicanálise, Linguística, Letras, Artes, Educação, Economia, Geografia, Serviço Social e Ciências da Saúde.

1.2. A interdisciplinaridade constitui, para o conjunto de pesquisas (teóricas e empíricas) da área de Comunicação, a herança metodológica fundamental das áreas de conhecimento anteriormente consolidadas e com histórico de longevidade e maior diversificação de especialidades. Como tal, a interdisciplinaridade está tanto na raiz e no desenvolvimento, quanto na aposta de horizontes renovados em nossa área. Garantia de riqueza temática, teórica, epistemológica e metodológica, ela representa valor inelidível, desdobrado em ritmo de complexização progressiva.

2. Recusas *a priori* (e recomendadas) da Comissão

A Comissão considera oportuno abrigar três recusas *a priori* em relação ao tema:

[a] a recusa do *fundamentalismo disciplinar*, expresso na obsessão positivista e funcionalista de consolidação última da área de Comunicação como campo cognitivo restritivamente definido e, por isso, fechado (como um *bunker* simbólico do saber, autorreferencial e supostamente autossuficiente), sob o álibi de uma exigência pétrea (em tudo, convencional, em análise ulterior) do critério de pertencimento – em outras palavras, uma recusa a condecorar um *modernismo dogmaticamente fragmentador e engessador e historicamente regressivo em matéria de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação*;
[b] a recusa da *dispersão teórico-metodológica de foco*, expresso na defesa da Comunicação como campo científico radicalmente heterodoxo aos demais, com fronteiras tão flexíveis e poros internos tão voláteis (desde a sua constituição) que relativizaria ou mesmo inviabilizaria integralmente a afirmação de qualquer critério de pertencimento (em se tratando seja de Programa de Pós-Graduação, seja de periódico ou produção científica);
[c] a recusa da *mobilização retórico-estratégica* de um argumento (o do item "a", por exemplo) como justificativa legítima para a afirmação do outro ("b", e vice-versa).

II – ELEMENTOS DE DEFINIÇÃO FUNDAMENTAIS

1. A falsa interdisciplinaridade / A interdisciplinaridade mistificada / Ou o que não é interdisciplinaridade (itens priorizados)

1.1. O conceito de interdisciplinaridade:

[a] não compreende simples *relação de justaposição entre disciplinas ou campos do saber*, previstas (lado a lado, com pouca imbricação mútua) exclusivamente porque – supõe-se – atendem a dimensões ou aspectos diversificados do tema focado, do recorte objetal/*corpus*, da respectiva problemática, do rol de objetivos ou das hipóteses estipuladas, com isso constituindo mero diapasão cognitivo formal a legitimar a suposta complexidade de um projeto de pesquisa ou de seu resultado (parcial ou final);
[b] não equivale a *pressuposição de relação vaga e amorfa entre saberes*, a qual se depreende pura e simplesmente em razão das mesmas dimensões mencionadas e que seria supostamente válida *per se*, ao modo normativo-dogmático (sem o necessário desdobramento reflexivo e justificatório) – como se a constatação de uma "dimensão social" no objeto de estudo implicasse (e computasse) necessariamente "Sociologia"; a constatação da "questão do inconsciente" no problema de pesquisa envolvesse (e incluísse) necessariamente "Psicologia" ou "Psicanálise"; e assim por diante;
[c] não se reduz à (nem se deduz automaticamente da) mera correlação de fontes autorais mobilizadas, cuja lavra se filie a áreas de conhecimento distintas – princípio que abrange resultados da produção intelectual tão diversos como, por exemplo, um livro ou artigo de autoria individual (relativamente às fontes citadas), uma obra organizada (com vários colaboradores) ou um evento científico (idem, com conferencistas, painelistas e participantes) – todos (no caso dos parênteses) implicando, internamente, visões de mundo ou lugares de fala referenciados em campos disciplinares diferentes.

1.2. Qualquer argumento em favor de uma ou mais práticas intelectivas e metodológicas acima, situando-se apenas na antessala da interdisciplinaridade – malgrado a tome de partida como

absolutamente representada e saldada –, falseia e mistifica o seu conceito, reputando-se, pois, fundamental a sua necessária dissecação reflexiva ou analítica, em nome do esclarecimento mais rigoroso a respeito.

2. Conceito de interdisciplinaridade (características essenciais)

1. O conceito de interdisciplinaridade, em tratamento semântico e definitório mais judicioso, compreende *necessariamente* articulação estratégica de esquemas teóricos, arranjos epistêmicos, semânticas e/ou metodologias existentes em disciplinas diferentes e criteriosamente selecionados, em número, qualidade e identidade, em virtude (a) da natureza do objeto/*corpus* e (b) do problema de pesquisa, (c) da necessidade de esclarecer a sua lógica, o seu desenvolvimento e as suas consequências, (d) dos objetivos previstos e (e) das hipóteses de trabalho – vale acrescentar, uma articulação planejada capaz de culminar prioritariamente numa proposta epistemológica original e inovadora, consistente e profunda, com epicentro dominante e preferencial nos objetos praticados em e por uma das áreas cognitivas envolvidas – em nosso caso, nos fenômenos e processos da comunicação e/ou nas dimensões comunicativas/comunicacionais da vida humana (veja-se o tópico II, subtópico 2, item 2). A relação entre os fatores mencionados acima ("a" a "e") determinam o caráter e a intensidade da configuração interdisciplinar das fontes atinentes ao quadro teórico de referência.
1.1. Em palavras alternativas, a interdisciplinaridade, constituindo-se em princípio recomendado de criação de novos conhecimentos e paradigmas intelectivos, define-se fundamentalmente pela *prática efetiva de conjugação estrita de elementos imanentes* a áreas distintas do saber – prática laborada, no texto científico, de modo argumentado, fundamentado e justificado.
1.2. Por inspiração simultânea em Bakhtin e Wittgenstein, através da qual se podem evocar práticas dialógicas nutridas por jogos de linguagem, é frutífero, pois, imaginar, na esteira das sinalizações anteriores, o desenvolvimento de práticas interdisciplinares (ou de interdisciplinaridade) fomentadas por jogos teóricos, conceituais e/ou metodológicos construídos a partir de áreas de conhecimento diferentes mas afins, em razão das dimensões do objeto/*corpus* e do problema de pesquisa, bem como dos objetivos, das hipóteses e do quadro teórico de referência.

2. O valor da interdisciplinaridade jamais oblitera ou dispensa *lugares científicos de fala e/ou de pertencimento*. Esse axioma recobra tanto mais proeminência quando se leva necessariamente em consideração a avaliação de Programas de Pós-Graduação. A interdisciplinaridade não pode ser advogada com base numa articulação entre elementos imanentes a áreas do saber diferentes que se finque meramente (como se isso fosse concretamente possível ou demonstrável, no sentido empírico) no "cruzamento" entre tais áreas, em detrimento da ancoragem em alguma delas em particular. Em outras palavras, a interdisciplinaridade não pode se constituir como "terreno" autônomo e privilegiado acima das áreas que a tornam possível. Como procedimento legítimo e recomendado de construção do saber, ela deve servir como caleidoscópio fundamental e rico para compreender e esclarecer um objeto e, quando preciso, tensionar a relação com ele, pressuposta a inserção ou enquadramento dos resultados em um campo científico particular.
Com efeito, ampliando o foco de análise para apreender a complexidade em jogo, se *interdisciplinaridade não significa nivelamento ou aplainamento disciplinar*, nem por isso precisa pactuar com a hierarquização das (ou com relações de subordinação entre) as disciplinas articuladas.

Assim, no caso de nossa área, ela não pode, quando praticada com o rigor aguardado, relativizar a importância central dos fatores científicos e empíricos típicos da Comunicação na trama multidisciplinar em que constitutiva e historicamente se encontra e/ou é voluntariamente inserida [por mister de um projeto de pesquisa, livro, artigo, conferência etc. (justamente para justificar a mencionada prática)]. A interdisciplinaridade como valor cognitivo deve pressupor sempre um *valor de dominância* – que coincide com um lugar científico prioritário de fala e/ou de pertencimento –, implicado no ou expresso pelo modo de construção argumentativa do objeto e do problema de pesquisa, bem como no e pelo modo de mobilização do quadro teórico-metodológico previsto para explicar a ambos.

3. Transdisciplinaridade

A título de cotejo *en passant* (e em que pese idêntica ausência de consenso a respeito, como no caso do conceito de interdisciplinaridade), vale evocar que a noção de transdisciplinaridade se refere, preferencialmente [ou/ou]:

[a] à produção de relação estrita (conforme tipificada no tópico II, subtópico 2, item 1, acima) entre áreas de conhecimento marcadas por regimes metodológicos radicalmente diversos, como, por exemplo, a imbricação previamente planejada (e justificada) de métodos, teorias e/ou conceitos das Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas com os das Ciências Exatas e da Terra ou Ciências Biológicas;
[c] na mesma esteira – dos elementos de câmbio e áreas referidas, com pequena variação semântica –, à produção de relação (idem remissão anterior) entre áreas cognitivas que privilegie procedimentos teóricos, epistemológicos e/ou metodológicos de atravessamentos e transpassagens mais voláteis, preservadas, com efeito, as integridades disciplinares;
[b] à proposta ou previsão de dissolução necessária das fronteiras (perimetrais) ou "fendas" (imanentes) das disciplinas (quaisquer que estas sejam, não necessariamente as evocadas no item "a" acima) postas em relação de imbricação.

III – RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO

1. A interdisciplinaridade não deve ser pretexto justificatório (a) para a recusa da constituição/consolidação de um campo científico efetivamente bem recortado/definido e internamente múltiplo, na divisão social do trabalho intelectual, no Brasil e em âmbito internacional; nem (b) para a defesa de uma definição de campo indiscriminadamente flexível que acabe por remanescer a tal ponto permissiva que se omita em relação aos efeitos desconstrutores da dispersão em matéria de pertencimento da produção científica (como se o campo em questão pudesse equivaler a um não-lugar cognitivo necessariamente positivo apenas por causa da existência de cruzamentos supostamente construtores *per se* de uma identidade).

2. Em razão da natureza e da história da área de Comunicação, as práticas de interdisciplinaridade (com pressuposição do rigor atinente, conforme sugerido no tópico II, subtópico 2, item 1, acima) devem prevalecer como critério privilegiado de avaliação de Programas de Pós-Graduação, periódicos científicos, livros e produção científica de modo geral.

3. Propende em favor dessa recomendação o fato de a interdisciplinaridade ser amplamente adequada, na qualidade de procedimento teórico-metodológico *a priori*, para a reflexão sobre o fenômeno do híbrido ou, em palavras desdobradas, sobre as formas socioculturais de hibridização -- convencionais ou historicamente emergentes, quer no contexto da comunicação de massa, quer no da interativa –, formas que envolvem, por exemplo, sincretismos de linguagens e códigos, mestiçagens culturais e misturas de pólos antes opostos (público/privado, local/global, próximo/distante, masculino/feminino, interno/externo etc.). Não por outra razão, a interdisciplinaridade resulta mais que nunca apropriada a iluminar tendências radicalizadas de fragmentação em todos os setores da atividade humana, horizontes em que vigoram a diversidade e a complexidade, contextos marcados pelo multiculturalismo, e assim por diante.

TABELA VERTICAL 1 - Áreas de Concentração

Área do Conhecimento	Incidência
COMUNICAÇÃO	(133)
SOCIOLOGIA	(49)
HISTÓRIA	(12)
CIÊNCIA POLÍTICA	(11)
LINGUÍSTICA	(5)
ECONOMIA	(2)
EDUCAÇÃO	(2)
INTERDISCIPLINAR	(2)
ENSINO	(2)
ARQUITETURA E URBANISMO	(2)
ARTES	(1)

TABELA VERTICAL 2 - Linhas de Pesquisa

Área do Conhecimento	Incidência
COMUNICAÇÃO	(179)
SOCIOLOGIA	(142)
CIÊNCIA POLÍTICA	(66)
LINGUÍSTICA	(51)
HISTÓRIA	(29)
EDUCAÇÃO	(17)
ECONOMIA	(5)
ARQUITETURA E URBANISMO	(5)
ARTES	(5)
ENSINO	(3)
ANTROPOLOGIA	(2)
INTERDISCIPLINAR	(2)
FILOSOFIA	(1)
PSICOLOGIA	(1)
ADMINISTRAÇÃO	(1)

TABELA VERTICAL 3 - Estrutura Curricular

Área do Conhecimento	Incidência
COMUNICAÇÃO	(1089)
SOCIOLOGIA	(403)
CIÊNCIA POLÍTICA	(207)
LINGUÍSTICA	(195)
HISTÓRIA	(166)
ECONOMIA	(46)
EDUCAÇÃO	(28)
ANTROPOLOGIA	(25)
FILOSOFIA	(25)
ARTES	(15)
INTERDISCIPLINAR	(8)
ENSINO	(5)
DIREITO	(5)
ECOLOGIA	(5)
PSICOLOGIA	(4)
SAÚDE COLETIVA	(4)
ARQUITETURA E URBANISMO	(3)
ADMINISTRAÇÃO	(2)
MATEMÁTICA	(1)
BIOLOGIA GERAL	(1)
FISIOLOGIA	(1)
DESENHO INDUSTRIAL	(1)
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	(1)

Proposta da Comissão de Áreas Prioritárias aprovada pela COMPÓS na reunião do Conselho, realizada em Brasília no dia 4 de dezembro de 2012

Diagnóstico

A indução de áreas pelos programas governamentais de fomento à pesquisa e ao ensino tem sido reconhecida como umas das ações mais consistentes do ponto de vista estratégico para o País. Nos últimos anos, essa tendência se confirma de forma marcante, principalmente pela priorização na destinação dos ainda insuficientes recursos orçamentários.

Por exemplo, no programa Ciência sem Fronteiras, articulado pelo MEC e pelo MCTI, principalmente via CAPES e CNPq, que além das bolsas destinadas à graduação prevê a concessão de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento no exterior, foram eleitas como áreas prioritárias: Engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra; Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Biodiversidade e Bioprospecção; Ciências do Mar; Indústria Criativa (voltada a produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação); Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; Formação de Tecnólogos[1].

No Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 está explícita a busca de sinergia "entre as propostas contidas no PNPG 2011-2020 e a IV CNCTI, que escolheu como áreas prioritárias biotecnologia, fármacos, medicamentos e vacinas, materiais avançados, nanotecnologia, tecnologia da informação e da comunicação, microeletrônica, espaço, defesa e energia nuclear. Tal Agenda deverá constituir-se no elemento novo capaz de introduzir uma nova dinâmica

[1] Vide: http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/areas-prioritarias

no sistema, colocando-o num patamar similar ao das nações avançadas." (PNPG 2011-2012, p. 20).

Esta sinalização para a indução de pesquisa já vem sendo adotada há alguns anos, com a intenção de "ampliar as atividades de programas de pós-graduação existentes e criar novos programas em áreas estratégicas". Nessa direção, a CAPES lançou alguns editais para indução de áreas de conhecimento, como os voltados para as áreas de Ciências do Mar, Comércio Exterior e áreas afins, Ensino da Saúde e Botânica. Também foram laçados editais para áreas estratégicas, como Defesa Nacional, Nanobiotecnologia, TV Digital, e o estímulo às diversas áreas das engenharias.

Esses movimentos sinalizam que haverá continuidade no processo de indução, tendo como possível consequência a desmobilização ou, na melhor das hipóteses, a manutenção das verbas destinadas a áreas não identificadas como estratégicas para o País.

Ainda que no campo da Comunicação algumas áreas de interface sejam contempladas, como a de Tecnologias da Informação e da Comunicação, a da pesquisa em torno da TV Digital e mesmo a da denominada Indústria Criativa, é preciso reconhecer que a maior parte do amplo espectro de linhas de pesquisa no campo comunicacional não está explicitamente contemplada nas políticas de indução.

Para ilustrar essa afirmação, em levantamento realizado com base nos títulos e nas palavras-chaves dos trabalhos selecionados para o Encontro da COMPÓS de 2012, nos diferentes Grupos de Trabalho, e que abrigam boa parte das linhas de pesquisa desenvolvidas nos mais de 40 Programas da área[2], é possível perceber que nossos interesses de pesquisa são diversificados e que apenas alguns grupos de pesquisadores transitam por áreas que podem ser consideradas estratégicas, hoje, pelos programas de fomento.

---

[2] No Brasil, em 2012 existem 43 instituições que possuem programas de pós-graduação *stricto sensu* em Comunicação, sendo 43 cursos de mestrado e 19 de doutorado, sem contabilizar os novos cursos aprovados recentemente pela Capes.

Portanto, se a área de Comunicação deseja ser reconhecida como estratégica, a ponto de contar com apoio político, institucional e econômico, precisa mesmo ampliar os esforços para buscar o reconhecimento social de seus padrões de qualidade e, sobretudo, a valorização da rica diversidade de sua produção científica.

Isso já vem sendo feito há pelo menos duas décadas, quando representantes de área no CNPq e pesquisadores vinculados às associações da área de comunicação reforçam de forma sistemática a tese de que a pesquisa em Comunicação necessita demarcar campo e território, com maior presença nos editais específicos abertos pelas agências públicas de fomento, mas também buscar inserção nos editais indutores de inovação, abertos por agentes públicos e privados.

Após analisarmos as linhas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, as pesquisas aprovadas para Bolsas de Produtividade (com base nas informações constantes do Lattes) e os Editais Setoriais publicados em 2010, levantamos, ainda que de forma parcial, uma amostra das pesquisas em andamento e também das tendências de priorização.

Foi possível perceber, ainda, que a quantidade de pesquisadores contemplados com recursos estáveis de pesquisa é ainda muito pequena em comparação com outras áreas. Um exemplo disso é que o número de bolsistas de produtividade em pesquisa, hoje, está em 128 pesquisadores, o que representa 0,87% do total de 14644 bolsas do CNPq[3].

É justamente diante do desafio de aumentar o volume dos financiamentos à pesquisa em Comunicação, em termos de quantidade e valores, com o consequente aumento no número de bolsas concedidas a pesquisadores do campo, que o trabalho da Comissão se revela importante: por subsidiar o Conselho da COMPÓS para a proposição de políticas de incentivo à pesquisa, que se traduzam em editais democráticos e transparentes.

Propostas de Áreas Prioritárias no Campo da Comunicação

Na reunião do Conselho da COMPÓS, realizada em Brasília no dia 4 de dezembro de 2012, foi aprovada uma proposta de Áreas Prioritárias no Campo da Comunicação, que se baseou nas proposições dos colegiados dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação da PUC Minas e da Universidade Católica de Brasília (UCB), reproduzidas a seguir:

Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC Minas

- Redes de cidadania e inclusão digital e midiática (PUC Minas e UCB);
- Ética e Redes Sociotécnicas;
- Políticas públicas para implantação e gestão de observatórios de mídia e educação para os meios;
- Estudos sobre sistemas de resposta social e crítica midiática;
- Direitos autorais na era digital;
- Políticas públicas de comunicação de apoio ao desenvolvimento de programas e ações estratégicas em diversas áreas de interesse

[3] Vide: http://efomento.cnpq.br/efomento/distribuicaoGeografica/distribuicaoGeografica.do?metodo=apresentar

coletivo: saúde, educação, política, cultura, segurança pública, entre outras;

- Implantação e monitoramento de programas de Educomunicação nas escolas públicas (ensino médio);
- Estudos sobre a interface entre os campos midiáticos e sociais (político, religioso, artístico, cultural, econômico, científico, entre outros);
- Implantação e gestão de programas e ações estratégicas de engenharia de processos de significação;
- Coletivos nas redes digitais: plataformas colaborativas, processos criativos e movimentos sociais.

Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Católica de Brasília

- Produção de Conteúdos em Mídias Digitais;
- Estudos de Comunicação, Gênero, Minorias e Ações Afirmativas;
- Estudos sobre Interculturalidade;
- Estudos sobre Imagem, Identidade e Discurso;
- Estudos de Comunicação Organizacional;
- Estudos de Comunicação Pública;
- Estudos de Audiovisual;
- Estudos sobre a apropriação mediática das TIC;
- Estudos sobre Interfaces;
- Estudos sobre Jornalismo;
- Estudos sobre publicidade, propaganda, marketing e consumo;
- Estudos sobre Ensino de Comunicação;
- Estudos sobre a Epistemologia do Campo Comunicacional;
- Estudos de Recepção**,** Mediação e Interacão Comunicacional;
- Estudos sobre constituição comunicativa das redes;
- Estudos sobre inclusão digital e mediática;
- Mapeamentos das áreas de comunicação e de interface.

Sugestões de ações no âmbito da COMPÓS

À COMPÓS, como entidade que congrega e representa os Programas de Pós-Graduação em Comunicação no País, sugerimos:

- Mobilizar-se, em conjunto com outras associações da área de Comunicação, de Ciências Sociais e de Humanidades, no sentido de influenciar as políticas de indução, de forma a contemplar de forma explícita a diversidade de linhas de pesquisa no campo Comunicacional;
- Evidenciar que a pesquisa em comunicação tem impactos sobre a dinâmica da vida social, na integração nacional, na inclusão social, cultural e digital, nos processos de inovação, e que a análise e a produção de conteúdos midiáticos se inserem no contexto das indústrias criativas;
- Agir para que o ensino e a pesquisa nas diversas áreas da Comunicação possam ser enquadrados no Programa Ciências sem Fronteiras, em razão de sua relevância acadêmica, científica e social e por sua interface direta com áreas hoje consideradas prioritárias.

Sugestões para incorporação no documento de área da Capes

Além dos esforços de inserção da pesquisa comunicacional na lista de áreas consideradas prioritárias e estratégicas, é necessário que também a avaliação dos Programas de Pós-Graduação reconheça os esforços dos Programas no sentido de consolidar linhas de pesquisa consideradas de fronteira e valorize toda forma de produção que alinhe os Programas com as políticas indutoras de pesquisa. Assim, sugerimos:

- Propor, a exemplo do que já existe para as produções bibliográfica e artística, uma classificação da Produção Técnica, de forma a reconhecer as ações de programas que possuem linhas de pesquisa de interface com as áreas já eleitas pela CAPES como prioritárias;

- Reconhecer e pontuar como pertinentes ao campo da Comunicação as iniciativas dos programas no sentido de buscar parcerias e constituição de redes nacionais e internacionais com Programas de Pós-Graduação de áreas de interface, que promovam inovações tecnológicas e processos de inclusão social;

- Reconhecer pesquisas empíricas e experimentais que resultem na produção de novas mídias, novas narrativas e que criem novos espaços para observação e análise;

- Valorizar a pesquisa inovadora que promova e subsidie políticas públicas de acesso aos conteúdos e à produção midiática.

A Comissão

João José Azevedo Curvello (PPGCOM - UCB)

Maria Ângela Mattos (PPGCOM - PUC Minas)

15 de dezembro de 2012